

DOI: <https://doi.org/10.23925/ddem.v.1.n.13.69895>



Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

REFLEXÕES SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS EDUCACIONAIS NA PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

REFLECTIONS ON THE CONTRIBUTION OF NON-GOVERNMENTAL EDUCATIONAL ORGANIZATIONS IN PROMOTING GENDER EQUITY IN CHILDHOOD AND ADOLESCENCE

Cesar Henrique Marson de Andrade¹
Rodrigo Alves Correia²

RESUMO

O presente texto tem como objetivo analisar os conceitos fundamentais que permitem os debates sobre identidade e expressão de gênero, destacando suas definições, complexidades e implicações sociais. Paralelamente, busca explorar a relação intrínseca entre educação e gênero, enfatizando o papel da educação como um espaço estratégico para a desconstrução de desigualdades e a promoção de valores de respeito e equidade. O estudo também direciona seu olhar para o papel essencial das Organizações Não Governamentais (ONGs) na promoção da equidade de gênero, considerando suas ações dentro de contextos sociais marcados por desafios econômicos, culturais e políticos. Como as ONGs frequentemente operam em cenários de vulnerabilidade social, onde as desigualdades de gênero são amplificadas por fatores como a pobreza, a violência, a exclusão educacional e a falta de acesso a direitos básicos. Nesse contexto, essas organizações se destacam como agentes de transformação, mobilizando recursos, promovendo campanhas de conscientização e oferecendo programas educacionais e sociais voltados para o empoderamento de indivíduos e comunidades, proporcionando aos invisíveis ou invisibilizados lugar de fala. Suas ações não apenas ampliam o alcance das políticas públicas, mas também preenchem espaços deixadas pelo Estado. Para a realização deste estudo, adota-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, que permite partir de situações previamente formuladas e testadas por meio de uma análise crítica da literatura existente. A pesquisa bibliográfica é utilizada como principal técnica de investigação, possibilitando uma reflexão embasada e contextualizada sobre as questões levantadas.

Palavras-chave: Arranjos sociais; Educação; Identidade de gênero; ONG's educacionais; Orientação sexual.

ABSTRACT

This text aims to analyze the fundamental concepts that enable debates on gender identity and expression, highlighting their definitions, complexities and social implications. At the same time, it seeks to explore the intrinsic relationship between education and gender, emphasizing

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito/UNIJUI – Mestrado Interinstitucional com a Faculdade Favoo Coop – Vilhena/Rondônia-Brasil. Contador e professor da Faculdade Favoo Coop. Orcid:<https://orcid.org/0009-0008-2749-561X>. cesar.vha@gmail.com.

² Doutor em Ciências Sociais pela UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Sua experiência é na área de Ciência Política, com ênfase em Comportamento Político. Atualmente, professor da Faculdade Favoo Coop. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7787-545X>. alves.correia@gmail.com.

the role of education as a strategic space for deconstructing inequalities and promoting values of respect and equity. The study also directs its attention to the essential role of Non-Governmental Organizations (NGOs) in promoting gender equality, considering their actions within social contexts marked by economic, cultural and political challenges. As NGOs often operate in scenarios of social vulnerability, where gender inequalities are amplified by factors such as poverty, violence, educational exclusion and lack of access to basic rights. In this context, these organizations stand out as agents of transformation, mobilizing resources, promoting awareness campaigns and offering educational and social programs aimed at empowering individuals and communities, providing the invisible or invisible with a place to speak. Their actions not only expand the reach of public policies, but also fill gaps left by the State. To carry out this study, the hypothetical-deductive approach method was adopted, which allows starting from situations previously formulated and tested through a critical analysis of existing literature. Bibliographical research is used as the main research technique, enabling a grounded and contextualized reflection on the issues raised.

Keywords: Social arrangements; Education; Gender identity; Educational NGOs; Sexual orientation.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Questões relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero têm ganhado destaque crescente nas discussões sociais e políticas em todo o mundo. A luta por igualdade e respeito às diversas formas de expressão da sexualidade e identidade de gênero tem impulsionado mudanças significativas em diferentes esferas da sociedade. Nesse contexto, o ambiente educacional emerge como um espaço fundamental para promover a equidade de gênero e combater a discriminação e o preconceito.

O ambiente educacional desempenha um papel relevante na formação das crianças e adolescentes, não apenas no que diz respeito aos conhecimentos acadêmicos, mas também na construção de valores, atitudes e comportamentos. Em um mundo marcado por desigualdades de gênero persistentes, é fundamental reconhecer o potencial das instituições educacionais, não somente aquelas relacionadas ao ensino básico – seja ela pública ou privada - bem como demais instituições que atuam como entidades suplementares educacionais como o caso das ONG's educacionais, como espaços privilegiados para promover a igualdade entre meninas e meninos desde a infância.

Partindo de uma reflexão sobre as bases teóricas da orientação sexual, igualdade e expressão de gênero e os desafios enfrentados pelas crianças em um contexto marcado por normas e expectativas de gênero rígidas ditadas pelos arranjos e estrutura social, exploraremos

estratégias e abordagens educacionais que promovem a desconstrução de estereótipos e a sensibilização do público infanto-juvenil para questões de gênero.

Este artigo se propõe a explorar a contribuição do ambiente educacional como um instrumento poderoso na promoção da igualdade de gênero entre as crianças e adolescentes. Serão abordadas questões relacionadas à construção social de gênero, estereótipos de gênero, e a importância de práticas pedagógicas inclusivas e não discriminatórias.

Partindo de uma reflexão sobre os desafios e obstáculos enfrentados na promoção da equidade de gênero desde os primeiros anos de vida, este artigo discutirá como as instituições educacionais podem desempenhar um papel ativo na desconstrução de padrões de comportamento e expectativas de gênero que perpetuam desigualdades e injustiças.

Neste contexto será ressaltado a contribuição suplementar das Organizações Não Governamentais (ONGs) na promoção da equidade de gênero entre as crianças e adolescentes por meio de diversas iniciativas educacionais, voltada de modo particular ao público infanto-juvenil em situação de vulnerabilidade socioeconômica, público este considerado invisíveis ou invisibilizados por parte de nosso sociedade, em especial aquelas pertencentes a classe média e elite brasileira. Com sua flexibilidade, criatividade e compromisso com a mudança social, as ONGs têm potencial para impactar positivamente as crianças e adolescentes em várias frentes.

Este texto está organizado em três seções. Inicialmente, será explorado o tema da orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero, abordando os principais conceitos e aspectos relacionados aos arranjos e construções sociais. Em seguida, será discutido o papel da educação no combate às desigualdades de gênero, examinando como as práticas pedagógicas podem contribuir para promover a equidade e desconstruir estereótipos de gênero. Por fim, será analisado o potencial das organizações não governamentais (ONGs) educacionais como agentes de fomento à equidade de gênero, destacando suas iniciativas e programas voltados para a promoção da inclusão e conscientização sobre questões de gênero.

1. ORIENTAÇÃO SEXUAL, IDENTIDADE DE GÊNERO E EXPRESSÃO DE GÊNERO

Abordar os principais conceitos e entendimentos sobre orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero, assim como examinar os arranjos e estrutura social que influenciam profundamente a sociedade contemporânea, é imperativo em um contexto em que se busca evidenciar o potencial das instituições educacionais suplementares, como as

Organizações Não Governamentais (ONGs) educacionais. Como nos ensina Guacira Lopes Louro (1997, p.27):

O que importa aqui considerar é que — tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade — as identidades são sempre *construídas*, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento — seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade — que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja "assentada" ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação (Louro, 1997).

Estes elementos constituem os pilares fundamentais para compreender não apenas as complexidades das identidades individuais, mas também os desafios enfrentados por grupos marginalizados e discriminados.

A orientação sexual refere-se à atração emocional, afetiva ou sexual de uma pessoa por outra. Já a identidade de gênero diz respeito à percepção interna e profunda de ser homem, mulher, ambos, nenhum ou qualquer outra identidade de gênero, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento. Como Simone de Beauvoir (1967, p. 9) argumenta:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada (Beauvoir, 1967).

Esses conceitos, embora intrinsecamente ligados à individualidade e autodeterminação, são fortemente influenciados pelos arranjos e estrutura social presentes em uma determinada sociedade. Normas culturais, religiosas e tradicionais, bem como sistemas de poder e privilégios, moldam as percepções coletivas sobre orientação sexual e identidade de gênero, muitas vezes impondo padrões rígidos e binários que excluem e discriminam aqueles que não se encaixam nesses moldes preestabelecidos.

1.1. Orientação Sexual

A compreensão da orientação sexual é essencial para a análise e reflexão sobre a diversidade humana e a forma como as pessoas se relacionam afetiva e sexualmente. Este campo de estudo aborda as preferências, atrações e identidades que uma pessoa pode ter em relação ao seu próprio gênero e/ou ao gênero de outras pessoas. Ao longo da história, as

sociedades têm desenvolvido diferentes percepções e normas em relação à orientação sexual, influenciadas por fatores culturais, religiosos, políticos e sociais.

A respeito deste tema, como leciona Beatriz Accioly Lins, Bernardo Fonseca Machado e Michele Escoura (2016):

Na história, encontramos muitos momentos em que a homossexualidade ou a bissexualidade não eram tidas como problema. Inclusive, houve períodos em que práticas homossexuais eram valorizadas, como na Grécia antiga. Há também casos de sociedades indígenas (como modo de vida e cultura diferentes dos nossos) em que a homossexualidade não implica desigualdade ou violências. Esses exemplos indicam que a variedade de desejos sexuais perpassa diferentes contextos históricos e sociais, e que essas diversidades nem sempre está relacionada a posições de desigualdade ou discriminação (Lins, Machado e Escoura, 2016).

A diversidade sexual refere-se à ampla gama de orientações sexuais que existem na sociedade, indo além das categorias tradicionais de heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade. É importante destacar que não existe uma única forma "normal" de orientação sexual, e que as pessoas podem experimentar uma variedade de identidades e atrações ao longo de suas vidas.

Abordar a diversidade sexual é fundamental por várias razões. Primeiramente, ao reconhecer e respeitar a diversidade de orientações sexuais, promovemos a inclusão e a igualdade de direitos para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual. Isso contribui para a construção de uma sociedade mais justa e plural, na qual todos têm o direito de viver livremente e expressar sua sexualidade sem medo de discriminação ou preconceito.

Adicionalmente, ao reconhecer que a orientação sexual não se limita a uma única norma, questionamos os estereótipos e padrões sociais que tendem a excluir e marginalizar aqueles que não se encaixam nessa concepção. Esse aspecto ganha ainda mais relevância no ambiente educacional, pois promover a diversidade sexual pode contribuir significativamente para estabelecer espaços mais acolhedores e integradores para alunos com variadas orientações sexuais.

A respeito desta temática, como nos ensina Jaqueline Gomes de Jesus (2012, p. 41), orientação sexual se refere a “Atração afetivo-sexual por alguém. Vivência interna relativa à sexualidade. Diferente do senso pessoal de pertencer a algum gênero”.

Ao compreender a complexidade e diversidade da orientação sexual, podemos agora direcionar nosso olhar para outro aspecto fundamental da diversidade de gênero: a identidade de gênero e expressão de gênero. Enquanto a orientação sexual se refere à atração afetivo-sexual

por outras pessoas, a identidade de gênero diz respeito à vivência interna e profunda de pertencimento a um determinado gênero, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento. Explorar esse tema nos permitirá compreender melhor como as pessoas vivenciam e expressam sua identidade de gênero em sociedade, abrindo espaço para discussões essenciais sobre inclusão, respeito e igualdade de direitos para todas as pessoas, independentemente de sua identidade ou expressão de gênero.

1.2. Identidade de gênero e expressão de gênero

Neste ponto, exploraremos não apenas a identidade de gênero, mas também a expressão de gênero, dois conceitos interligados que desempenham um papel fundamental na compreensão da diversidade e complexidade das experiências humanas relacionadas ao gênero. Enquanto a identidade de gênero se refere à profunda vivência interna de pertencimento a um determinado gênero, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, a expressão de gênero diz respeito à forma como uma pessoa comunica e manifesta sua identidade de gênero ao mundo.

De acordo com os estudos de Jesus (2012, p.7) cada indivíduo é singular, mas compartilha características que nos conectam à humanidade como um todo. Essas características nos distinguem de outros e nos identificam, sejam elas relacionadas à nossa origem geográfica, raça, classe social, crenças religiosas, idade, habilidades físicas, entre tantos outros aspectos que compõem a rica diversidade humana.

Nem todas as pessoas se identificam com o sexo que lhes foi atribuído no nascimento. Enquanto o sexo biológico se refere às características físicas e fisiológicas de uma pessoa, como genitália e cromossomos, a identidade de gênero é uma experiência interna e individual de autoidentificação como homem, mulher, ambos, nenhum ou outro gênero.

Algumas pessoas podem nascer com um sexo atribuído de forma binária (masculino ou feminino) e se identificar com o mesmo gênero ao longo de suas vidas. A estas pessoas, como destacado por Jesus (2012, p. 10), são denominadas de cisgênero, ou de “cis”. No entanto, há as pessoas não-cisgênero, que são aquelas “[...] que não se identificam como gênero que lhes foi determinado, como transgênero, ou trans” (Jesus, p.10).

Conforme salientado por Judith Butler (2018):

A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre “feminino” e “masculino”, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de “macho” e de “fêmea”. A

matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” — isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero” (Butler, 2018).

Butler aponta que, dentro dessa matriz cultural, existe uma compreensão predominante de que o gênero está estritamente ligado ao sexo biológico. Ou seja, há uma crença de que o gênero é uma consequência direta do sexo atribuído no nascimento. Isso significa que, de acordo com essa perspectiva, as identidades de gênero são limitadas e determinadas pelo sexo biológico.

No entanto, Butler questiona essa visão ao afirmar que há identidades de gênero que não podem ser facilmente enquadradas nesse modelo binário, no qual o gênero é derivado do sexo. Ela sugere que há pessoas cujas identidades de gênero não se alinham com o sexo atribuído no nascimento, desafiando assim essa estrutura cultural.

Diante das reflexões apresentadas, torna-se evidente que os arranjos sociais binários, que insistem em ligar rigidamente o gênero ao sexo biológico, são limitativos e excluientes em relação à diversidade de experiências de identidade de gênero. Ao impor uma compreensão restrita e normativa do que é ser homem ou mulher, esses arranjos ignoram e marginalizam aqueles cujas identidades não se encaixam nesses moldes predefinidos.

Nesta seara cabe algumas reflexões sobre o termo expressão de gênero, dada interconexão com o tema identidade de gênero. Ambos aspectos são fundamentais para compreender a complexidade das experiências relacionadas ao gênero.

A expressão de gênero diz respeito à forma como uma pessoa comunica e manifesta sua identidade de gênero ao mundo.

Em concordância com os argumentos de Jesus (2012, p24), expressão de gênero é a “Forma como a pessoa se apresenta, sua aparência e seu comportamento, de acordo com expectativas sociais de aparência e comportamento de um determinado gênero. Depende da cultura em que a pessoa vive”.

A expressão de gênero pode se manifestar de diversas maneiras, refletindo a forma como uma pessoa escolhe comunicar sua identidade de gênero ao mundo, que pode ocorrer por meio do vestuário, corte de cabelo, maquiagem, comportamento, gestos, linguagem e voz.

Temos então que os termos identidade de gênero e expressão de gênero se conectam e se complementam, pois ajudam a compreender a complexidade das experiências relacionadas ao gênero.

Essas duas dimensões estão intrinsecamente ligadas, pois a maneira como uma pessoa se identifica internamente influencia diretamente como ela escolhe expressar seu gênero externamente. Por exemplo, uma pessoa que se identifica como mulher pode escolher expressar sua identidade de gênero usando vestimentas, acessórios e comportamentos socialmente associados ao feminino. Da mesma forma, uma pessoa que se identifica como não-binária pode optar por uma expressão de gênero que desafia as normas binárias tradicionais, combinando elementos considerados tanto masculinos quanto femininos, ou mesmo adotando uma expressão de gênero neutra.

Ao explorarmos os aspectos da identidade e expressão de gênero, somos levados a refletir sobre a importância de promover ambientes inclusivos e respeitosos, onde todas as pessoas possam se sentir valorizadas e reconhecidas em sua autenticidade de gênero. A compreensão desses conceitos nos prepara para adentrar no campo da educação e gênero, onde podemos explorar como as instituições educacionais podem desempenhar um papel fundamental na promoção da igualdade, na desconstrução de estereótipos de gênero e na criação de espaços onde a diversidade de identidades e expressões de gênero seja respeitada.

2. EDUCAÇÃO E GÊNERO

A educação desempenha um papel fundamental na promoção da diversidade, na construção de conhecimento e no desenvolvimento de valores em uma sociedade. Por meio da educação, as pessoas têm a oportunidade de aprender sobre diferentes culturas, tradições, perspectivas e experiências, o que contribui para a compreensão e o respeito pela diversidade humana. Além disso, a educação é essencial para a construção de conhecimento, proporcionando às pessoas as habilidades e ferramentas necessárias para compreenderem o mundo ao seu redor, questionarem ideias preconcebidas e desenvolverem pensamento crítico.

De acordo com os estudos de Paulo Freire (2011, p. 67):

Outro saber de que não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativo-crítica é o de que, como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que, além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos, implica tanto o esforço de *reprodução* da ideologia dominante quanto o seu *desmascaramento*. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reproduutora nem apenas *desmascaradora* da ideologia dominante.

Neutra, “indiferente” a qualquer destas hipóteses, a da reprodução da ideologia dominante ou a de sua contestação, a educação jamais foi, é, ou pode ser. É um erro decretá-la como tarefa apenas reproduutora da ideologia

dominante como erro é tomá-la como uma força de desocultação da realidade, a atuar livremente, sem obstáculos e duras dificuldades. Erros que implicam diretamente visões defeituosas da história e da consciência. De um lado, a compreensão mecanicista da história que reduz a consciência a puro reflexo da materialidade, e de outro, o subjetivismo idealista, que hipertrofia o papel da consciência no acontecer histórico. Nem somos, mulheres e homens, seres simplesmente determinados, nem tampouco livres de condicionamentos genéticos, culturais, sociais, históricos, de classe e de gênero que nos marcam e a que nos achamos referidos (Freire, 2011).

Conforme destacado por Paulo Freire, a educação como uma forma de intervenção no mundo vai além da simples transmissão de informação. Nesse contexto, a identidade de gênero no ambiente educacional se torna relevante, pois a educação não pode ser neutra ou indiferente às questões de gênero. A educação, ao mesmo tempo em que pode reproduzir a ideologia dominante que perpetua estereótipos de gênero e desigualdades, também pode desafiá-la e contribuir para o questionamento desses padrões.

A educação é um poderoso instrumento que pode moldar as percepções e atitudes das pessoas em relação ao gênero. Por um lado, ela pode contribuir para a perpetuação de estereótipos de gênero, reforçando uma lógica binária que limita as possibilidades de expressão e identificação das pessoas como homem ou mulher. Essa reprodução de padrões culturais e sociais muitas vezes invisibiliza ou desconsidera outras formas de manifestação de gênero, marginalizando aqueles que não se encaixam nesses padrões.

Como ilustração de reprodução de padrões culturais que reforçam a classificação binária vinculado ao sexo presente em nossa sociedade, Lins *et al.* (2016) nos apresenta o seguinte exemplo:

Você já ouviu frases como “menino não chora” ou “toda mulher quer ser mãe”? Ou então “mulher não tira carteira de motorista, tira porte de arma”? São populares as expressões e os pensamentos que partem do que se concebe como feminino e como masculino para explicar comportamentos ou torná-los piadas. É comum também, nas escolas, ouvirmos frases como “menina é vaidosa”, “menino é mais agitado” ou “menina amadurece mais cedo” para explicar diferenças entre meninos e meninas (Lins, 2016).

No entanto, a educação também tem o poder de contestar essa lógica binária e promover a valorização da diversidade de gênero. Ao reconhecer e respeitar a pluralidade de identidades de gênero, a educação pode criar ambientes inclusivos e acolhedores, onde todas as pessoas se sintam reconhecidas e respeitadas em sua individualidade. Isso envolve não apenas oferecer informações sobre identidade de gênero e expressão de gênero, mas também desconstruir preconceitos e estereótipos arraigados na sociedade.

De acordo com Lins *et al.* (2016):

Gênero, como compreendemos, é um dispositivo cultura, constituído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação o que se entende como feminino e masculino.

(...)

Os arranjos de gênero colocados em práticas na sociedade exercem uma força sobre toda nossa vida cotidiana (Lins, 2016).

No entanto, segundo Lins (2016), é viável estabelecer um ambiente escolar onde o conceito de gênero não seja limitante ou discriminatório, mas sim diversificado e aberto. Nessa perspectiva, busca-se criar um ambiente educacional que promova uma educação verdadeiramente inclusiva e que propicie transformações significativas na sociedade.

O comportamento de alguns educadores pode ter um impacto significativo na forma como as crianças e adolescentes compreendem e vivenciam sua sexualidade. Infelizmente, em muitos casos, alguns educadores acabam reforçando valores e normas que são baseados em preconceitos, estereótipos de gênero e ideias tradicionais sobre sexualidade. Isso pode resultar em um ambiente escolar que não reconhece ou respeita a diversidade de experiências sexuais e identidades de gênero, provocando tensões e violências física e psicológica.

Ao mesmo tempo, como abordado, os ambientes educacionais têm o poder não apenas de reproduzir normas sociais e estereótipos, mas também de proporcionar espaços de diálogo, reflexão e transformação. Diante das diversas identidades de gênero e orientações sexuais presentes em nossa sociedade, os espaços destinados à educação têm o potencial de se tornarem locais de acolhimento e respeito mútuo, onde crianças e adolescentes possam se sentir seguros para serem quem são, sem medo de discriminação ou estigma.

O objetivo final é formar crianças e adolescentes mais conscientes e empáticos, equipados para lidar com um mundo cada vez mais diversos e complexo.

Diante da relevância da educação como uma ferramenta de transformação social, torna-se claro que os ambientes educacionais desempenham um papel relevante na promoção da diversidade e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No entanto, para que isso seja efetivo, é fundamental reconhecer que a educação não pode ser neutra ou indiferente às questões de gênero. Conforme ressaltado por Paulo Freire, a educação é uma forma de intervenção no mundo que implica tanto a reprodução da ideologia dominante quanto o seu questionamento.

Ao reconhecer e valorizar a pluralidade de identidades de gênero, a educação pode contribuir para a construção de ambientes inclusivos e acolhedores, onde todas as pessoas se

sintam representadas e respeitadas. Isso envolve não apenas fornecer informações sobre identidade de gênero e expressão de gênero, mas também desconstruir preconceitos e estereótipos arraigados na sociedade.

Como será abordado na próxima seção deste texto, as organizações não governamentais (ONGs) educacionais desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão social e na valorização da diversidade de gênero. Por meio de suas iniciativas e programas, essas entidades são capazes de oferecer espaços seguros e acolhedores para indivíduos de diferentes identidades de gênero, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

3. ONG's EDUCACIONAIS COMO AGENTE DE FOMENTO DA EQUIDADE DE GÊNERO NA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA

As Organizações Não Governamentais (ONGs) têm se destacado como importantes atores na defesa e promoção dos direitos das crianças e adolescentes, especialmente daqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade. Diante dos diversos desafios sociais que podem comprometer o bem-estar e o desenvolvimento saudável dos jovens, as ONGs educacionais surgem como agentes comprometidos em garantir um ambiente seguro e propício para que possam exercer plenamente seus direitos fundamentais.

Essas organizações atuam de diversas maneiras, abordando questões que vão desde a promoção da igualdade de gênero, combate à discriminação e violência de gênero até a promoção da educação inclusiva e o acesso a serviços de saúde. Muitas ONGs concentram esforços na criação de programas específicos direcionados a mulheres e meninas em situação de vulnerabilidade, oferecendo apoio psicossocial, orientação educacional.

Em um cenário em constante evolução, as ONGs educacionais emergem como parceiras indispensáveis na construção de um mundo mais justo e seguro a meninas e meninos por ela assistido, contribuindo para a promoção da igualdade de gênero, e o respeito aos direitos humanos.

3.1. O que é uma ONG

Trata-se de uma entidade privada, sem fins lucrativos, que visa promover ações sociais, ambientais, culturais ou de outro cunho, com o objetivo de contribuir para o bem-estar da

sociedade. Diferentemente das instituições governamentais, as ONGs são independentes e não fazem parte da estrutura do Estado.

As ONGs desempenham um papel importante em diversos setores, abordando questões que variam desde direitos humanos e meio ambiente até saúde e educação. Elas geralmente são financiadas por doações, parcerias com empresas, fundações ou mesmo por meio de projetos específicos. Sua atuação é pautada por valores e princípios que refletem suas missões e objetivos.

Essas organizações desempenham um papel fundamental na promoção da participação cívica e na mobilização da sociedade para causas importantes. Muitas vezes, atuam como mediadoras entre os cidadãos e os órgãos governamentais, buscando preencher lacunas e promover mudanças positivas.

Conforme nos ensina Salete Valesan Camba (2009):

As ONG são organizações que objetivam não apenas a satisfação das necessidades e interesses de determinados grupos da sociedade, mas também e, especialmente, mudanças globais, através da influência política. As ONGs possuem tanto uma função social quanto uma função política (Camba, 2009).

O envolvimento crescente da sociedade civil organizada, organizações não governamentais (ONGs) e movimentos sociais populares como sujeitos ativos é uma característica marcante nas dinâmicas sociais contemporâneas. Esses atores desempenham papéis significativos na formação da opinião pública, na promoção de mudanças sociais e na busca por soluções para questões diversas. O envolvimento desses sujeitos ativos reflete uma busca por participação cidadã, transparência e responsabilidade social.

Nesse cenário, a interconexão entre sociedade civil, ONGs e movimentos sociais populares contribui para a construção de uma esfera pública vibrante e para a promoção de mudanças positivas em diversas esferas da sociedade.

Nesta seara Dileno Dustan Lucas de Souza (2009) destaca que:

as ONGs vêm passando por profundas mudanças, seja do ponto de vista de suas relações com a sociedade e com os movimentos sociais, seja no tocante às mudanças que implementa em suas políticas, tendo em vista as transformações que ocorrem no mundo do trabalho e a feição neoliberal assumida pelo Estado. Tal evidência impõe a necessidade de buscar-se compreender sua forma de organização social (Souza, 2009).

ONGs frequentemente atuam em áreas onde o Estado pode ter limitações de recursos, alcance ou eficiência. Elas identificam necessidades específicas na sociedade e buscam preencher os espaços não cobertos pelos serviços públicos, oferecendo serviços, suporte e

iniciativas que complementam as ações do governo. Frequentemente se especializam em questões específicas e têm a flexibilidade para se adaptar rapidamente às necessidades emergentes.

O envolvimento de ONGs contribui para a descentralização do poder e a promoção da participação cidadã. Isso cria uma sociedade civil ativa, engajada e capaz de influenciar positivamente as políticas públicas.

Embora as ONGs possam desafiar e questionar políticas e práticas governamentais, a maioria delas respeita a soberania estatal e reconhece o papel fundamental do governo na implementação de políticas abrangentes.

Em resumo, a ideia é que as ONGs não buscam substituir o Estado, mas sim colaborar com ele para fortalecer as respostas a desafios sociais e promover o bem comum. Essa abordagem colaborativa é vista como uma maneira eficaz de abordar questões complexas e alcançar resultados mais abrangentes e sustentáveis.

A respeito da atuação das ONGs na sociedade em vista da não substituição do papel do Estado como agente garantidor primário dos direitos fundamentais Camba (2009) nos esclarece que a:

ONG não é movimento, não é Estado, não substitui o Estado, não depende nem economicamente nem institucionalmente do Estado, não é empresa lucrativa, não é entidade representativa de seus associados ou de interesse corporativo, não é entidade assistencialista de perfil tradicional, não é mercado e não é organização multilateral (Camba, 2009).

Ao concentrar seus esforços em áreas desafiadoras, as ONGs buscam efetuar mudanças positivas, aliviar o sofrimento humano e promover a equidade e a justiça.

3.2. As ONGs e a educação

ONGs educacionais muitas vezes desenvolvem programas que complementam o currículo escolar tradicional. Elas oferecem atividades que ampliam e enriquecem a aprendizagem dos alunos em áreas como ciência, tecnologia, artes, esportes e disciplinas base como português e matemática.

Muitas ONGs oferecem programas de intervenção escolar e tutoria, visando ajudar alunos que estejam enfrentando dificuldades acadêmicas. Essas iniciativas ajudam a garantir que os alunos compreendam os conceitos ensinados na escola. Implementam programas

inclusivos, promovendo a participação de alunos de diferentes origens, habilidades e contextos socioeconômicos. Isso contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

De acordo com o Ministério da Educação, por meio do Censo Escolar 2023, as matrículas em tempo integral representaram uma de 21,9% do total de matrículas efetivas em 2023.

O percentual de 21,9% de matrículas em tempo integral registrado pelo Censo Escolar 2023 demonstra que essa modalidade de ensino ainda está distante de atender à maioria dos jovens em idade escolar. Esse dado reflete as limitações na oferta de uma educação que vai além do horário regular e que poderia contribuir significativamente para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, especialmente em regiões de maior vulnerabilidade social.

Adicionalmente, é importante destacar que jovens pertencentes a famílias de classe média real e elite possuem, muitas vezes, condições de ocupar o contraturno escolar com atividades que ampliam suas oportunidades e habilidades. Essas famílias investem em cursos de idiomas, escolas de futebol e dança, além de garantir acesso a clubes recreativos entre outras atividades de cunho educacional e cultural.

O cenário de carência na oferta de matrículas em tempo integral nas escolas públicas ressalta a importância da atuação das ONGs educacionais. Essa relevância se intensifica ainda mais quando o foco de suas ações é o público infantojuvenil em situação de vulnerabilidade, que carece de suporte integral para seu desenvolvimento social e educacional.

As atividades desenvolvidas pelas ONGs educacionais vão muito além da intervenção escolar em conteúdos básicos como português e matemática. Elas também oferecem uma ampla gama de atividades esportivas, culturais, artísticas e até mesmo educativas, como aulas de educação financeira em algumas situações. Essas iniciativas não apenas complementam a educação formal, mas também desempenham um papel que contribuiu na promoção da igualdade de gênero ao estimular o convívio e interação com outras crianças.

Ao proporcionar um ambiente inclusivo e acolhedor, as ONGs educacionais criam oportunidades para que crianças e adolescentes de todos os gêneros possam desenvolver suas habilidades e interesses, independentemente de estereótipos de gênero. Por exemplo, ao oferecer atividades esportivas, essas organizações desafiam as noções tradicionais de que certos esportes são mais adequados para meninos ou meninas, encorajando todos a participarem igualmente.

Além disso, as atividades culturais e artísticas promovidas pelas ONGs educacionais muitas vezes destacam histórias e perspectivas diversas, quebrando estereótipos de gênero e

valorizando a pluralidade de experiências. Isso ajuda a ampliar os horizontes das crianças e adolescentes, permitindo-lhes explorar diferentes identidades e expressões de gênero de forma positiva.

As atividades lúdicas ofertadas pelas ONG's, como a pouco citado como jogos, brincadeiras e atividades artísticas, desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão e na busca pela igualdade de gênero no ambiente educacional. Essa abordagem permite que crianças e adolescentes expressem sua individualidade, desenvolvam habilidades sociais e emocionais, e desafiem estereótipos de gênero de forma lúdica e criativa.

As atividades lúdicas são muito mais que momentos divertidos ou simples passatempos e, sim, momentos de descoberta, construção e compreensão de si; estímulos à autonomia, à criatividade, à expressão pessoal. Dessa forma, possibilitam a aquisição e o desenvolvimento de aspectos importantes para a construção da aprendizagem. Possibilitam, ainda, que educadores e educando se descubram, se integrem e encontrem novas formas de viver a educação (Pereira, 2005).

Ao integrar o lúdico no ambiente educacional de forma consciente e intencional, as ONGs educacionais não apenas proporcionam momentos de diversão e entretenimento, mas também criam oportunidades valiosas para o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Além disso, o lúdico promove a integração entre educadores e educandos, permitindo que explorem juntos novas formas de vivenciar a educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A igualdade de gênero é um princípio que deve ser tratado como fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade justa e inclusiva. No entanto, apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas, ainda enfrentamos desafios significativos na promoção da equidade entre os gêneros, especialmente no âmbito da educação. Neste contexto as instituições educacionais atuam como atores importantes na desconstrução de estereótipos de gênero e na promoção de uma cultura de respeito e igualdade.

Nessa seara, as Organizações Não Governamentais (ONGs) educacionais possuem potencial na promoção da equidade de gênero. Por meio de programas inovadores e atividades educativas, essas organizações têm sido catalisadoras de mudanças positivas, criando espaços seguros e inclusivos para crianças e adolescentes desenvolverem todo o seu potencial, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Além disso, o texto ressaltou a importância da educação como uma ferramenta de transformação social, destacando o papel dos educadores na promoção da diversidade de gênero e na desconstrução de preconceitos arraigados na sociedade. Ao reconhecer e valorizar a pluralidade de identidades de gênero, a educação pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Portanto, reconhecer e apoiar o trabalho valioso das ONGs educacionais na promoção da equidade de gênero se torna um imperativo na busca de uma sociedade menos preconceituosa. Somente por meio de parcerias colaborativas entre governos, setor privado, sociedade civil e comunidades locais poderemos alcançar uma verdadeira igualdade de gênero na educação e além dela. Juntos, podemos criar um mundo onde todos tenham oportunidades iguais de aprender, crescer e prosperar, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida.** 2^a ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** 1^a ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CAMBA, Salete Valesan. **ONGs e Escolas Públicas: Uma Relação em Construção.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- Censo Escolar. **Educação em tempo integral cresce no Brasil.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/educacao-em-tempo-integral-cresce-no-brasil>. Acesso em: 09 de janeiro de 2025.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** 2^a ed. Brasília: [s. n.], 2012.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 1997.
- LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola.** São Paulo: Reviravolta, 2016.
- PEREIRA, Lucia Helena Pena. **Bioexpressão: a caminho de uma educação lúdica para a formação de educadores.** Rio de Janeiro: Mauad X: Bapera, 2005.
- SOUZA, Dustan Lucas de. **Movimentos Sociais, ONGs & Educação.** Aparecida: Ideias & Letra, 2009.

Recebido – 09/01/2025
Aprovado – 09/04/2025